



081

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0186244-2/02**EMBARGANTE:** Estado de Pernambuco**EMBARGADO:** Virgílio José de Oliveira**RELATOR:** Des. João Bosco Gouveia de Melo**ÓRGÃO JULGADOR:** Sétima Câmara Cível

EMENTA -- PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INCABÍVEL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 535 DO CPC.

1. O Acórdão ora vergastado não se encontra eivado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de Embargos de Declaração, posto que, inexistente obrigação para que o magistrado analise todas as alegações das partes, quando apenas uma ou algumas delas já tem força suficiente para formar o seu convencimento.

2. Na verdade, o que o embargante pretende é o prequestionamento, no entanto, os aclaratórios só caberiam, ainda que a título de prequestionamento se a decisão se encontrasse eivada de omissão, obscuridade ou contradição, sob pena de ofensa ao art. 535 do CPC.

3. Na hipótese dos autos, não vislumbro a presença de omissão, obscuridade ou contradição a justificar os presentes embargos, pelo que não merece ser acolhido.

4. Embargos Declaratórios rejeitados. À unanimidade.



082

30

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração nº 0186244-2/02**, em que é **embargante o Estado de Pernambuco** e **embargado Virgílio José de Oliveira**, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 22 de Dezembro de 2009.


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Presidente -



083

31

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0186244-2/02

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADO: Virgílio José de Oliveira

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

Relatório

O Estado de Pernambuco ingressou com os presentes Aclaratórios em face de Acórdão prolatado nos autos do Recurso de Agravo nº 186244-2/01, pela Sétima Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Argumenta o Embargante, para tanto, que a decisão embargada restou omissa, posto que deixou de observar aspectos relevantes da lide. Afirma, ainda, que houve violação ao art. 557 do Código de Processo Civil e ao art. 21, também do CPC, em face da sucumbência recíproca.

Requer o acolhimento dos presentes Aclaratórios, com os efeitos daí decorrentes, com especial finalidade de cumprir as exigências do prequestionamento, contidas nas Súmulas 282 e 356 do STF. Pugna, por fim, pelo pronunciamento explícito deste Colegiado, acerca da ofensa ao comando constitucional inserto no art. 40, § 8º.

Recife, 22 de Dezembro de 2009.

JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -



32
084

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0186244-2/02

EMBARGANTE: Estado de Pernambuco

EMBARGADO: Virgílio José de Oliveira

RELATOR: Des. João Bosco Gouveia de Melo

ÓRGÃO JULGADOR: Sétima Câmara Cível

Voto

Os presentes Aclaratórios foram intentados com o escopo de que sejam prequestionados os dispositivos violados por esta Corte de Justiça local, dando ensejo à interposição dos recursos excepcionais.

Alega o Recorrente que o Acórdão recorrido violou os seguintes dispositivos: artigo 40 § 8º, da Carta Magna; art. 557 e 21 do Código de Processo Civil.

O Acórdão, objeto do presente Recurso Integrativo, e que julgou o Recurso de Agravo, não se encontra elivado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de Embargos.

Ademais, o magistrado não é obrigado a analisar todas as alegações das partes, quando apenas uma ou algumas delas já tem força suficiente para formar o seu convencimento, **ainda mais no caso em apreço**, foi devidamente tratada a matéria posta nos autos.

Des. Nesses casos, em que o Embargante pretende o prequestionamento das questões sobre as quais o Acórdão teria deixado de mencionar, cabe esclarecer que, ante a inocorrência de qualquer vício que enseje a interposição de Embargos Declaratórios, mesmo havendo o requerimento de prequestionamento explícito da



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

matéria, os embargos também não merecem ser acolhidos nesse ponto, sob pena de contrariar o disposto no art. 535 do CPC.

Nesse sentido é o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça, acerca da matéria, conforme se infere da transcrição abaixo:

Ementa PROCESSUAL CIVIL - «EMBARGOS» DE «DECLARAÇÃO» COM PROPÓSITO DE PREQUESTIONAR MATÉRIA VERSADA EM SEDE DE RECURSO DE AGRAVO - «EMBARGOS» CONHECIDOS PARA FINS DE «PREQUESTIONAMENTO» E REJEITADOS PARA MANTER INCÓLUME O ACÓRDÃO VERGASTADO. DECISÃO UNÂNIME. 1.Os «Embargos» de «Declaração» são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição ou for omitido ponto sobre o qual o juiz ou tribunal devia pronunciar-se (Incisos I e II, do art. 535, do CPC), e, em face de construção jurisprudencial, admissíveis frente às decisões judiciais em sentido amplo. Em regra, não possuem caráter modificativo ou substitutivo, tendo, na verdade, um alcance muito mais integrativo ou esclarecedor. 2.In casu, restando patente o propósito exclusivo de se prequestionar matéria versada em sede de Recurso de Agravo e, reconhecendo que os «Embargos» de «Declaração» manifestados com esse notório propósito não tem caráter protelatório (Súmula 98 do STF), há de ser conhecida a interposição do mesmo, rejeitando-o, ato contínuo, para manter incólume a decisão vergastada. 3-«Embargos» Declaratórios conhecidos, porém rejeitados à



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

34 a

086

unanimidade. Decisão À unanimidade de votos, rejeitaram os «embargos» de «declaração». (Embargos de Declaração 167204-6/02; Comarca Recife; Número de Origem 01672046; Relator Fernando Cerqueira; Relator do Acórdão Fernando Cerqueira; Revisor João Bosco Gouveia De Melo; Órgão Julgador 7ª Câmara Cível; Data de Julgamento 17/12/2008)

DM

Ementa «EMBARGOS» DE «DECLARAÇÃO». OMISSÃO. INOCORRENCIA. DESNECESSIDADE DO JULGADOR REBATER UM A UM ARGUMENTOS INVOCADOS PELA PARTE. LIVRE CONCENCIMENTO MOTIVADO. NÃO PROVIMENTO. 1-Ausente as alegadas omissões e obscuridades, é de se negar provimento aos «embargos» declaratórios. 2-O Superior Tribunal de Justiça já tem entendimento pacífico de que os «embargos» declaratórios, mesmo para fins de «prequestionamento», só serão admissíveis se a decisão embargada ostentar algum dos vícios que ensejariam o seu manejo (omissão, obscuridade ou contradição). 3-O julgador não está obrigado a julgar a questão posta a seu exame de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência e da legislação que entender serem aplicáveis ao caso. Decisão À unanimidade, rejeitou-se os «embargos» «declaração», nos termos do voto do Relator. (Embargos de Declaração 151476-5/01; Comarca Recife; Número de Origem 01544765; Relator André Oliveira da Silva Guimarães; Relator do Acórdão Leopoldo de Arruda



35
a
087

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

Raposo; Órgão Julgador 5ª Câmara Cível; Data de Julgamento 19/12/2008)

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pela rejeição dos presentes Aclaratórios, para manter incólume o Acórdão prolatado no Recurso de Agravo nº 0186244-2/01.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife, 22 de Dezembro de 2009.


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -